

Contexto



PASTORAL

ANO VII • Nº 38

“Esperança e justiça para todos nas Américas”

Oitenta anos após a Conferência do Panamá, teve lugar na Costa Rica a histórica Conferência Missiológica de São José. Na pauta, novos caminhos para a missão da Igreja. Página 11



Contra toda intolerância

Os desafios do diálogo inter-religioso

Páginas 5 a 8



Editorial

Uma reflexão inescapável

Desde o primeiro exemplar de CONTEXTO PASTORAL tem sido marcada a perspectiva ecumênica que está "por trás" deste projeto editorial. Existem várias noções de ecumenismo e KOINONIA tem-se norteado pela que vem orientando os primeiros esforços ecumênicos desde o início do século. Trata-se das três dimensões fundamentais: a unidade dos cristãos comprometidos com a implantação dos sinais do Reino de Deus na história; a unidade dos esforços dos diferentes movimentos sociais e populares a serviço do próximo — diaconia; e uma conduta fraterna em relação às religiões não-cristãs, de modo especial àquelas enraizadas na cultura do povo, que, no caso latino-americano, são as dos povos indígenas e as de origem africana. Os temas e as abordagens delimitadas, o perfil dos colaboradores, as ênfases trabalhadas por CONTEXTO PASTORAL demonstram bem nitidamente esta perspectiva ecumênica.

Em função disto, o jornal já dedicou dois números para análise do tema "Ecumenismo", sob diferentes aspectos, e três suplementos *Debate* com os temas específicos "Conferência do Nordeste: 30 anos", "Para que o mundo creia - 1ª Jornada Ecumênica" e "Caminhos e descaminhos da unidade evangélica".

Neste número de CONTEXTO PASTORAL o tema será mais uma vez destacado e foco centrado no diálogo inter-religioso. Os cristãos têm, na maioria das vezes, procurado escapar dessa reflexão, que tem contornos muito delicados. Ainda que cheia de dificuldades, a prática ecumênica entre as diversas confissões cristãs (primeira dimensão do movimento ecumênico) encontra facilidades se comparada com o diálogo com outras religiões (a terceira dimensão). Tocar neste ponto significa tocar em questões profundas como a relação com

a cultura ou a compreensão e a prática de missão.

CONTEXTO PASTORAL oferece aos leitores(as) uma abordagem da temática por meio do olhar de dois católicos, de um protestante e de uma experiência concreta promovida por KOINONIA. Está presente na edição destes textos a noção da profundidade da temática e da exigência de um espaço maior para outras abordagens. No entanto, o que se considera é que este número de CONTEXTO PASTORAL se propõe uma abertura, um início de reflexão sobre o diálogo inter-religioso que se apresenta hoje quase como uma exigência para os tempos em que vivemos. A intolerância tem sido marca nas sociedades contemporâneas e o diálogo parece ser o indicador de caminhos de superação. Nas raízes do Cristianismo é possível encontrar as bases para a valorização do diálogo, basta recorrer aos evangelhos. Como escreve Julio de Santa Ana num dos artigos da seção "Análise", é urgente entender e admitir que "estamos juntos primeiramente na vida; compartilhamos esperanças porque estamos juntos no mundo em que Deus nos chama a ser-lhe fiéis".

Nesta edição apresentamos o suplemento *Debate*, cujo tema é a linguagem e seu papel na formação do imaginário social das pessoas. Trata-se de mais um material rico em informações e que certamente vai provocar a reflexão e o debate de todos os que vivenciam, nas comunidades evangélicas, o poder que a linguagem — pregações, estudos bíblicos, cânticos, liturgias, etc. — exerce no comportamento, conduta e visão de mundo deles. Por ser uma abordagem original e pouco explorada, constitui leitura obrigatória.

Cartas

Parabéns

Senhores,
Saudações.

Recebo periodicamente o periódico CONTEXTO PASTORAL desde muito tempo. Sempre tem trazido para mim contribuições interessantes para desenvolvimento de consciência crítica, debates e mesmo enriquecimento de textos que produzo.

Alcimar Enéas Rocha
Troncoso
Montes Claros/MG

O trabalho de toda equipe do Koinonia muito tem ajudado a libertar dos preconceitos que impedem a união entre os cristãos e ainda tem dado importante contribuição na luta pela libertação de nossa sociedade desta situação de sofrimentos e miséria que assolam nosso povo brasileiro. Que o trabalho de vocês continue recebendo as bênçãos e a proteção do Deus da vida que quer vida digna para todos.

Deste modo quero, com alegria, renovar minhas assinaturas da revista TEMPO E PRESENÇA e do jornal CONTEXTO PASTORAL.

Denilson Mariano e Teixeira
Dom Cavati/MG

Índios Waimiri-Atroari

Mais um monumento à insanidade do Estado está em gestação no município Presidente Figueiredo (Amazonas). Trata-se de uma nova estrada de acesso à mina do Pitinga, no território dos índios Waimiri-Atroari. Recentemente, o Ministério Público do Amazonas promoveu uma audiência pública com a finalidade de debater com a população local, a Câmara e Prefeitura Municipal, Ibama, Ifam, Ipaam e outras entidades interessadas o projeto da Paranapanema de construção de nova estrada de acesso à mina do Pitinga.

Enquanto o Ministério Público se preocupava com os efeitos nefastos que essa estrada terá sobre índios, meio ambiente e conseqüentemente sobre a imagem da nação, entidades ecológicas do estado e do município mostraram-se, no mínimo, ambíguas frente à questão. Veedores e personalidades se pronunciaram abertamente favoráveis ao absurdo empreendimento.

A empresa pretende mais uma vez enganar os índios que reclamam, com justiça o equivalente a menos de meio por cento dos lucros da empresa, como pedágio para utilização da atual estrada de acesso ao Pitinga que atravessa 38 quilômetros de sua área. (...) Nem as denúncias de d. Jorge, bispo da Prelazia de Itacoatiara, conseguiram evitar mais esta invasão, pois a própria Funai deu cobertura à empresa firmando um convênio prejudicial aos índios, que permitia a passagem da Paranapanema pelo território indígena. A indenização pelos estragos era ridícula.

Em 1985 integramos um grupo de trabalho da Funai-Cimi e outras entidades civis e oficiais, que foi constituído para propor, com os índios, soluções para diversos problemas, como o da educação e inclusive dos limites à leste da área (...).

Um ano depois, deparamos na Funai em Brasília, com um mapa, onde a opinião do grupo de trabalho foi total e indevidamente alterada, em prejuízo dos índios. O mapa permitia à empresa penetrar e explorar minérios também no Vale do Alalaú, tendo os índios mais uma vez sido enganados. Levamos o mapa aos índios, explicando-lhes a maracutaia ocorrida e deixamos claro na Funai o nosso protesto. Poucos meses depois fomos expulsos da área indígena pelo órgão oficial. Estávamos ali a pedido dos índios e com autorização da Funai, empenhados no primeiro programa de alfabetização na língua materna desse povo. (...)

A empresa continuou a exploração do minério, acobertada por autoridades federais, estaduais e locais, sem que a população brasileira tivesse acesso, à quantia, valor, qualidade e destino das fabulosas riquezas que saíam desse território indígena. Finalmente em fins de 1995 começaram a correr notícias de que a empresa havia passado para as mãos das estatais: Vale do Rio Doce, Petrobrás e da pára-estatal Previ.

A nova empresa responsável herdou não apenas o nome da Paranapanema, mas também as mazelas. Ao invés de iniciar uma nova história, ela se afunda dia a dia ainda mais na lama deixada. Pois a decisão de construir um novo ramal de acesso ao Pitinga é mais uma tentativa de enganar os índios. A nova estrada será um novo caminho para promover a invasão do território indígena. Além disso, é mais uma estrada em pleno território indígena, duplamente ruim. Primeiro por se tratar de terras de perambulação de indígenas arredios. Segundo porque se trata de área Waimiri-Atroari, ilegitimamente desmembrada do território tradicional.

A partir da participação dos índios do grupo de trabalho, constituído pela Funai em 1985, os Waimiri-Atroari começaram a se informar, a tomar posição e a endurecer, exigindo o que é seu. (...) É hora de todos se unirem em defesa da causa Waimiri-Atroari e na defesa do meio ambiente mais uma vez irracionalmente ameaçado pelo projeto da nova estrada de acesso às minas do Pitinga.

Egydio e Doroti Schwade
Presidente Figueiredo /AM

Aos leitores

Este espaço é destinado para opiniões, críticas, sugestões e reações aos artigos e matérias publicadas pelo jornal. Participe!
As cartas para CONTEXTO PASTORAL devem ser endereçadas para: Rua Santo Amaro, 129, Glória, 22211-230, Rio de Janeiro, RJ.
Internet: koinos@ax.apc.org.

Contexto
PASTORAL

Publicação bimestral de
KOINONIA Presença
Ecumênica e Serviço

Número 38 Maio-junho/97
Ano VII

Rua Santo Amaro, 129
22211-230
Rio de Janeiro/RJ
Tel. 021-224-6713
e fax 021-221-3016

CONSELHO EDITORIAL
José Bittencourt Filho
Lúcia Leiga de Oliveira
Tânia Mara Sampaio
Rafael Soares de Oliveira

EDITOR
Paulo Roberto Salles
Garcia (MTb 18.481)

EDITORES
ASSISTENTES
Jether Pereira Ramalho
Magali do Nascimento
Cunha

DIAGRAMADORA
Anita Slade

DIGITADORA
Mara Lúcia Martins

FOTOLITO E IMPRESSÃO
Tipológica Comunicação
Integrada

Tiragem
10 mil exemplares

Preço do exemplar avulso
R\$ 3,00

Assinatura anual
R\$ 12,00

Assinatura de apoio
R\$ 18,00

Exterior
US\$ 18,00

Os artigos assinados não
refletem necessariamente
a opinião do jornal.

Assine CONTEXTO PASTORAL

"Contexto Pastoral" é um jornal-painel a serviço da pastoral e dos cristãos pela paz e justiça. Reportagens, análises, debates, estudos bíblicos, entrevistas e muito mais para você ficar por dentro do contexto. Isso sem falar no Suplemento *Debate*, que aprofunda temas da conjuntura numa perspectiva teológico-pastoral.
Assinatura anual: R\$ 12,00
Assinatura de apoio: R\$ 18,00
Exterior: US\$ 18,00
Exemplar avulso: R\$ 3,00
Os pedidos de assinatura, acompanhados com vale postal ou cheque nominal à KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, devem ser enviados para: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço A/C Setor de Distribuição
Rua Santo Amaro 129 Glória
22211-230 Rio de Janeiro RJ
Tel: (021) 224-6713 Fax (021) 221-3016
E-mail: koinos@ax.apc.org

Entusiasmo e exultação na Marcha Nacional dos Sem-Terra

Ervino Schmidt

As comunicações do MST que recebíamos diariamente nos mantinham informados sobre o andamento das marchas que vinham do Sul, do Sudeste e do Oeste em direção a Brasília e que, no conjunto, formavam a grande Marcha Nacional dos Sem-Terra. Indicavam algumas dificuldades, mas sobretudo testemunhavam o entusiasmo com que os agricultores sem terra eram recebidos pela população. Em todos os lugares por onde passavam era grande a expectativa e vibrante o apoio.

Enquanto isso, o governo tentava desqualificar o Movimento dos Sem-Terra. Os meios de comunicação, em sua maioria, pareciam apoiá-lo neste intento. Muitos jornalistas pintavam os caminhantes como um bando de ignorantes manipulados por interesses escusos. Não faltavam vozes que os tachavam de vadios. O MST foi apresentado como um movimento violento a subverter a ordem democrática.

Mas, nada disso adiantou. O apoio do povo mostrou que a sociedade estava entendendo o verdadeiro significado da marcha. Até os noticiários tiveram que render-se e passar a uma cobertura mais objetiva dos fatos. A marcha avançava.

No dia 17 de março, um mês antes da chegada, lemos no informativo diário: "Igrejas se preparam para receber marcha dos sem-terra em Brasília." De fato, tivemos um longo tempo de preparo. Em sucessivas reuniões representantes das igrejas-membros do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic) bem como das igrejas Cristã de Brasília, Ortodoxa Grega e de uma Batista discutiram todos os detalhes da realização de uma celebração ecumênica. Fez-se referência à "Carta ao Povo Brasileiro" (Conic/Cese) na qual se chama atenção para a "injustiça institucionalizada que domina a nossa política econômica." O documento aponta a violência no campo, os recentes massacres e a impunidade. Todos assumimos a seguinte formulação:

"Reconhecemos como evangé-

lica a teimosa luta dos muitos sem-terra existentes em nosso país, ao lado dos posseiros, índios, remanescentes de quilombos, extrativistas e tantos outros grupos que lutam pelo direito de uso diferenciado da terra. Eles nos revelam que a terra deve ser patrimônio, lugar e fonte de vida para todos os seres vivos. Quebrar os grilhões, legais ou não, que mantêm cativa a terra é ato evangélico, pois torna possível a realização da esperança de vida para milhões de excluídos. A democratização da propriedade e do uso da terra é caminho indispensável para superar a fome, para dar valor a todo o trabalho, para libertar a população do domínio dos que assentam seu poder no controle dos meios mais elementares da vida."

A partir desse reconhecimento passamos a elaborar cada passo da celebração. Foi consenso que ela deveria ser marcada por linguagem simbólica e textos bíblicos. A experiência dos irmãos da Pastoral Social da CNBB e da irmã Silde, da área de liturgia, foi muito importante nesta fase de preparação. As igrejas envolvidas lembravam a marcha e a celebração ecumênica nos cultos e nas missas dominicais. Dom José Freire Falcão, cardeal-arcebispo de Brasília, publicou um artigo no "Correio Braziliense" com o título: "O sem-terra, um irmão a ser acolhido". Sem dúvida, uma palavra de apoio.

Finalmente, o dia 17 de abril! Finalmente a chegada! À luz intensa, típica de Brasília, se misturava o colorido da marcha. Ela foi recepcionada por milhares de pessoas. Entre eles estavam dom Demétrio Valentini e o secretário-executivo do Conic.

À tarde choveu. A chuva espantou boa parte dos presentes. Mesmo assim, conforme algumas estimativas, em torno de sete mil pessoas participaram da celebração. Lá estavam pastores e padres paramentados. A cor litúrgica foi a vermelha: símbolo do fogo do Espírito Santo, mas também do martírio. Uma imensa cruz foi erguida. O al-

tar estava enfeitado com frutos da terra. Incenso subia aos céus. No chão milhares de saquinhos com terra, que seriam distribuídos no final, formavam o mapa do Brasil. Em dado momento o mapa foi coberto com pequenas cruces. Um a um foram lidos os nomes dos mártires da luta pela terra. O toque fúnebre sensibilizou a todos.

Após a leitura de Apocalipse 6, 9-11 todos repetiram o versículo: "Senhor, santo e verdadeiro, até quando tardarás em fazer justiça, vingando o nosso sangue contra os habitantes da terra?". Pedro Tierra proclamou seu poema:

Palavras do profeta Isaías (65, 17-25) expressaram o sonho de Deus para o seu povo:

"Com efeito, vou criar céus novos e uma terra nova; assim, o passado não será mais lembrado, ele não subirá mais ao coração.

Pelo contrário, é um entusiasmo e uma exultação perpétuos que eu, eu vou criar:

(...) eles construirão casas e as habitarão, plantarão vinhas e comerão seus frutos; não construirão mais para um outro morar, não plantarão mais para que um outro coma, pois, como os dias de uma árvo-

re, tais os dias do meu povo; os meus eleitos usufruirão os produtos das suas mãos."

A celebração foi encerrada com o Pai Nosso Ecumênico e a bênção. Apesar da chuva e do frio o povo vibrava, cantando com entusiasmo, e respondia com vigor às partes litúrgicas. Sem dúvida, foram momentos de forte fé e de renovação da esperança.

Ervino Schmidt, pastor luterano, é secretário-executivo do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic).



A chuva não assustou manifestantes, que exigiram reforma agrária

"A pedagogia dos aços"

Eldorado dos Carajás,
Corumbiara,
Candelária,
Carandirú...

A pedagogia dos aços
golpeia no corpo
essa atroz geografia.

Há cem anos,
Canudos,
Caldeirão...

A pedagogia dos aços
golpeia no corpo
essa atroz geografia...

Há uma nação de homens
excluídos da nação.

Há uma nação de homens
excluídos da vida.

Há uma nação de homens
calados, excluídos de toda palavra

Há uma nação de homens
combatendo depois das cercas.

Há uma nação de homens
sem rosto, soterrados na lama.

Sem nome, soterrados no silêncio."

Um participante deu comovente depoimento de como sentiu a presença de Deus na caminhada.

McCormick e KOINON!A abrem segunda turma do curso de pós-graduação

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço e McCormick Theological Seminary (Chicago-EUA) estão promovendo a segunda etapa do Curso de Pós-Graduação lato sensu em Teologia e Ministérios. A iniciativa é parte do projeto "Educação para a Missão", cooperação internacional em educação teológica entre as duas entidades.

A nova turma terá o curso ministrado em três módulos intensivos, que serão realizados em fevereiro de 1998, 1999 e 2000, no Estado do Rio de Janeiro. Entre os módulos, os alunos efetuarão leituras e trabalhos acadêmicos supervisionados. Para o primeiro módulo, entre os dias 2 e 21 de fevereiro, além dos professores de

Chicago, estão confirmados os nomes de Jung Mo Sung, José Bittencourt Filho, Zwinglio Mota Dias, José Adriano Filho e Odair Pedroso Mateus.

Os interessados devem solicitar ficha de inscrição em KOINONIA e remetê-la juntamente com curriculum vitae, certificado de graduação (em teologia ou outro curso superior afim) e R\$ 100,00, correspondentes à taxa de matrícula (cheque nominal a KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço ou comprovante de depósito no Bradesco agência 1745-0 conta 14376-6). As despesas do curso serão assumidas pelos promotores. Os alunos deverão arcar somente com os custos de hospedagem. Não perca esta oportunidade!

Outras informações: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço
Rua Santo Amaro, 129 Glória
22211-230 Rio de Janeiro RJ
Tel. (021) 224-6713
Fax (021) 221-3016
E-mail: koinos@ax.apc.org

Solidariedade ecumênica

Aceitem o abraço solidário de pessoas como vocês. Pertencemos ao movimento dos Sem. Pode ser sem terra, mas, muito mais, é dos sem alguma coisa vital à cidadania como: salários dignos, escolas eficientes, hospitais, justiça, paz, dignidade. Somente não somos e vocês também não são: Trabalhadores sem Esperança e sem Ânimo. Quem sabe, são vocês o fundamento de

algo que precisa acontecer neste Brasil, ou seja, a revolta da cidadania sacrificada e espezinhada. De outros jeitos estamos na mesma caminhada e na mesma luta. Sacudam essa árvore carregada de frutos chamada Brasil. Nós queremos ajudar a sacudir e a distribuir os frutos.

Fonte: Mensagem de KOINONIA ao Movimento dos Sem-Terra.

Aborto: decisão correta?

“Ninguém pode julgar o futuro de uma criança ainda no útero da mãe”

Maria Inez Linhares de Carvalho

O aspecto moral do aborto focaliza uma questão central: o que realmente é destruído dentro do útero da mulher? É um mero tecido? É parte do corpo da mulher? É um ser humano? Dados científicos comprovam que aquilo que está dentro do útero é um bebê real, uma pequena pessoa, um ser humano exatamente como nós, na primeira fase de sua existência.

Com 18 dias após a concepção, o coração do embrião começa a se formar, assim como seu sistema nervoso. Com seis semanas, esse sistema já está tão desenvolvido que ela controla os movimentos musculares do bebê, embora a mulher possa ainda não saber que está grávida. No final do primeiro mês, o cérebro, a coluna vertebral, os nervos e os órgãos sensitivos já estão bem avançados. No final da sétima semana, um bebê pequeno e proporcional. É nessa fase que a maioria dos abortos são realizados.

O aborto deve ser interpretado, então, como a interrupção de um processo que teria oferecido um cidadão ao mundo. Quantas vezes ouvimos: “A criança para vir ao mundo precisa ser desejada pelos pais”? Mas uma criança no útero já está no mundo.

A ameaça à vida ou ao bem-estar da mulher não pode servir como base para generalizar que o aborto é um direito da mulher sobre seu corpo. O aborto é um problema controverso. As opiniões são divididas. As leis não devem ser neutras nessa questão. Ela tem que entender que a criança dentro do útero é uma pessoa que tem o mesmo direito de proteção da que está fora dele. Para legalizar o aborto é necessário justificá-lo.

O termo “feto” significa pessoa em desenvolvimento. Falar que a mulher carrega um feto, ao invés de uma criança, psicologicamente é mais fácil de aceitar um aborto. Para a mulher que sofreu um aborto espontâneo, ninguém diz que ela perdeu um feto, diz-se que perdeu seu bebê.

O aborto leva ao infanticídio. Por exemplo, uma mãe faz o teste de amniocentese para ter certeza de que não carrega um bebê com Síndrome de Down. Ela está decidida que se o teste for positivo fará um aborto. O teste dá normal, ela tem o bebê e ele tem a tal Síndrome. O teste estava errado. E agora? Ela livra-se do bebê? O professor Jerome Lejeune, grande estudioso da Síndrome de Down, relata uma história contada por seu pai, um médico judeu em Braunau, Áustria. Em um determinado dia, dois bebês nasceram em um hospital. Um era

menino, saudável e bonito. Seus pais ficaram extremamente gratos e felizes. O outro era uma pequena menina e seus pais estavam muito tristes pois ela tinha Síndrome de Down. A menina cresceu e se tornou enfermeira da própria mãe durante muitos anos, acometida de uma doença grave e fatal. O menino morreu em Berlim. Ele se chamava Adolf Hitler.

Mas não é cruel permitir que uma criança nasça defeituosa, para levar uma vida miserável? Dizer que um deficiente físico ou mental goste menos de viver do que as pessoas ditas “normais” é falso. Estudos mostram que não há diferença entre os deficientes e as pessoas normais no grau de satisfação de viver. Um estudo com 150 pacientes com espinha bífida foi realizado, perguntando se esse defeito físico era suficiente para desejarem morrer antes de terem nascido. A resposta foi unânime: todos queriam estar vivos e acharam a pergunta absurda. (W. Peacock, Pers. Comm. to D. Shewmon in “Active voluntary euthanasia”, *Issues in Law & Medicine*, 1987.)

Segundo dados da ONU, ocorrem 45 milhões de abortos por ano, metade praticada em condições de risco. A maioria dessas mulheres são absolutamente saudáveis, que querem impedir o nascimento de seus bebês também saudáveis. Ninguém pode, e muito menos tem o direito de julgar o futuro de uma criança ainda no útero da mãe. Devemos ter uma grande admiração e simpatia por uma mulher que mantém uma gravidez indesejada. Temos de ajudá-la e encorajá-la. A mulher é especial diante de Deus e dos homens porque foi escolhida para ser a matriz da vida. A graça da maternidade lhe dá o poder de preservar a vida gerada no seu ventre. Essa graça especialíssima a torna única diante dos homens.

Maria Inez Linhares de Carvalho é médica-ginecologista e pesquisadora da Fiocruz. Dirige o Ambulatório da Providência e a Casa de Apoio Santo Antônio da Arquidiocese do Rio de Janeiro.

Por uma ética solidária em favor da legalização do aborto no Brasil

Maria José Fontelas Rosado Nunes

Dois ou três anos atrás, fiquei muito impressionada com a entrevista de Joana, que conheço pessoalmente, à revista “Veja”. Ela contou sua experiência de realizar um aborto em condições não somente seguras, mas num clima de respeito por sua decisão e de compreensão afetuosa por parte da equipe que a atendeu no Hospital Jabaquara, em São Paulo.

Joana estava grávida, em consequência de um estupro. Ela tem um casal de filhos, que a apoiaram em sua decisão de abortar. Em seu depoimento, Joana fala da alegria que teve ao gerar esses filhos, por amor. Conta depois de seu desespero ao ver crescer em seu ventre “algo” que não era para ela um filho ou uma filha, mas o fruto de uma violência inominável, que ela só desejava esquecer.

A história de Joana fez-me pensar na condenação sumária e absoluta do aborto, tantas vezes reafirmada em documentos oficiais da hierarquia católica. Fez-me pensar no significado das proposições de uma ética “objetiva” e fria, que dita princípios e normas distantes da vida real das pessoas. Joana é uma mulher doce, forte, corajosa. Teve seu filho e sua filha por amor e corajosamente os criou. Estuprada e grávida, decide fazer um aborto. É possível imaginá-la como uma criminosa digna de cadeia? É possível pensar que, segundo o Evangelho, ela deva ser condenada como “pecadora”? É possível pensar que sua decisão pelo aborto tenha sido menos justa, menos ética, do que sua decisão por ter filhos?

No México, o “Espacio de Mujeres Cristianas” elaborou um documento público em favor da despenalização do aborto, dirigido “a todas nuestras hermanas y hermanos que integramos la Iglesia Católica”. Elas perguntam: Pode-se julgar como pecado um aborto, quando este é praticado com a intenção de impedir um dano maior; quando uma mulher grávida corre perigo de morte; quando é realizado para impedir uma injustiça, no

caso de uma gravidez resultante de um estupro? “Com preocupação e dúvida nos perguntamos se, nestes casos, pode-se condenar o aborto como um pecado, fazendo-o a partir de uma situação em que se tem todas as necessidades básicas satisfeitas e de uma experiência alheia à maternidade e tudo o que significa”. E continuam: “Como Igreja e como mulheres, não podemos negar que irmãs nossas, companheiras queridas que amam a Deus como nós, que constroem a Igreja de Jesus junto conosco, que são uma entre nós nas romarias, nas missas, nas rezas do terço, são parte desse um milhão e setecentas e vinte mil mulheres católicas que abortam no mundo. Para nós, não são números, são pessoas, são rostos muito concretos em que reconhecemos o rosto sofredor de Jesus que nos questiona e interpela”. O documento termina com uma consideração sobre a necessidade de despenalizar o aborto, “para que mulheres, com seus companheiros, possam decidir com liberdade e responsabilidade”.

Ao tratarmos um tema tão complexo como este do aborto, deveríamos ter em conta o sofrimento das mulheres, suas experiências de vida, as condições difíceis em que exercem a maternidade, o peso e a dor que significam a decisão por um aborto. Nenhuma norma disciplinar, nenhum princípio estabelecido a priori pode substituir o princípio máximo do Cristianismo, do amor ao próximo, da solidariedade.

Além disso, em países como o nosso, é parte da luta por justiça social defender a legalização do aborto e a obrigação do Estado de prover os hospitais da rede pública com serviços gratuitos, de qualidade, para o atendimento do aborto. E é uma questão de justiça com as mulheres, que constituem a maior parte de fiéis das igrejas cristãs, no Brasil e em todo o mundo, reconhecer que somos agentes morais, capazes de tomar decisões, em quaisquer campos de nossa vida, escudadas em princípios éticos e em nossa fé. Assim, a decisão por um aborto pode apresentar-se como uma escolha responsável, moral, ética e religiosamente.

Maria José Fontelas Rosado Nunes é socióloga e integra a equipe de coordenação de Católicas pelo Direito de Decidir, no Brasil.



Marcas da intolerância religiosa no Brasil

José Oscar Beozzo

Numa conjuntura marcada pela diversidade religiosa, o desafio que se impõe às igrejas cristãs é o do diálogo com outras expressões religiosas. É preciso romper barreiras histórica e culturalmente estabelecidas e ir ao encontro do outro, do diferente, sem preconceitos e abertos às várias formas de experimentar Deus. Este artigo resgata um pouco da intolerância religiosa no Brasil, enquanto os demais, que integram o bloco de análise, discutem os "pecados" que impedem esse diálogo, analisam os desafios ao movimento ecumênico e apresentam uma experiência concreta de como os esforços pela dignidade da vida podem ser elementos incentivadores de aproximação e de diálogo fraterno

Discutir a intolerância religiosa no fim do século XIX e século XX significa, antes de mais nada, ter em conta um pano de fundo fundamental: a combinação explosiva entre política e religião. Todos os acontecimentos da Reforma na Europa foram marcados pela regra segundo a qual a religião do rei era a religião do povo; ou seja, as pessoas não tinham espaço de liberdade religiosa nem direito de seguir a própria consciência, mas eram as fronteiras políticas que determinavam a fé religiosa. Os conflitos políticos tornavam-se, por sua vez, religiosos. A cor política determinou a cor religiosa e conseqüentemente a intolerância política se tornou religiosa.

Outro aspecto foi o formato político do colonialismo sob o qual se deu essa expansão do Império e da Fé. Quando se impunha uma colônia, negavam-se todos os direitos das populações nativas. Isso ocorreu, por exemplo, na época das capitânicas hereditárias, quando o rei doou as terras, ignorando por completo os donos, seus direitos e a possibilidade de negociações, introduzindo um conceito de violência, com expulsões e massacres. Aliás, isso se repete até hoje, já que toda a nossa estrutura fundiária está baseada numa espécie de usuração permanente.

Além dessa negação de direitos originários também se transpôs a algo muito perigoso: negar os direitos das pessoas. No regimento de Martim Afonso, por exemplo, o rei não apenas dava-lhe terras mas estabelecia que ele podia escravizar indígenas em número suficiente para cultivar a terra e também para vendê-los como escravos no mercado em Lisboa como fonte de renda adicional. Nesse sentido, pessoas de outra religião, de outra raça, de outra cultura, eram consideradas coisas e destituídas do valor de seres humanos. Uma vez transposta essa linha, criou-se um espaço de violência e de intolerância,

que se consolidou com o tráfico e a exploração de escravos africanos.

O terceiro elemento era a imposição de um monopólio comercial — o único país com quem a colônia podia comercializar era a metrópole — mas também uma espécie de monopólio lingüístico-religioso, que significou a exclusão de qualquer outra crença. O confronto missões protestantes e catolicismo, por exemplo, insere-se no contexto dos três séculos anteriores em que só se admitia uma única fé religiosa como questão de segurança do Estado. Não havia espaço para outra fé: era um monolitismo religioso, oficial — porque na realidade se manteve uma imensa diversidade religiosa no campo indígena, na massa de escravos africanos.

Brechas importantes

Isso começou a ser questionado quando os ingleses chegaram aqui trazendo a família real (1808): estabeleceu-se o Tratado de Comércio em 1810 no qual era exigida tolerância religiosa para os cidadãos de Sua Majestade. Essa foi a primeira brecha no regime de religião única imposta a todos. Pelo Tratado, como nação hegemônica, a Inglaterra reivindicava um espaço na estrutura jurídica católica para o exercício da religião, sem perseguição nem constrangimento, que incluía desde o batizado até o culto e o enterro dos mortos.

Outro fato importante ocorreu em torno da Constituinte de 1823: juntamente com o problema da escravidão e da nacionalidade, a questão religiosa foi responsável pela dissolução da Assembléia Constituinte. Havia três posições. A primeira delas, a mais liberal, e paradoxalmente defendida por alguns padres, propunha liberdade de consciência e de culto, ao passo que os grandes fazendeiros, por acreditarem que essa liberdade poderia criar um racha na unidade já complicada — dada a existência de escravos e de portugueses —, defen-

diam a manutenção da religião católica como a oficial do Estado imposta a todos. Isso, naturalmente, caracterizava uma intolerância político-religiosa.

Havia outra linha, mais intermediária, que acabou outorgada na Constituição de 1824, e que aceitava a liberdade de consciência. Isso significava que ninguém poderia ser perseguido por professar outra religião, mas era proibida a expressão pública dessa religião, isto é, não se podia sair à rua fazendo propaganda, nem ter um templo com fachada de igreja, com torre ou sino.

Essa realidade foi ultrapassada com a vinda dos imigrantes. A chegada dos luteranos no Sul, além daquela anterior diversidade indígena-afr-brasileira, criou outra, no nível do cristianismo. Essa chegada mexeu com a estrutura oficial, por várias razões. Em primeiro lugar, os casamentos, pois tinham a ver com a questão da propriedade: os filhos ilegítimos não poderiam herdar a terra e o único casamento reconhecido no Império era o católico. Isso criou um impasse jurídico na sociedade porque esses imigrantes alemães, em parte luteranos, em parte católicos, baseavam sua estrutura na pequena propriedade familiar. Após longas e prolongadas discussões, foi permitido aos ministros dessas confissões que registrassem o ato religioso que passaria a ter força civil. A questão do casamento civil e do enterro civil passaram a ser cruciais para a tolerância dentro da sociedade, porque a Igreja Católica tinha um monopólio do batismo, que era registro civil, e do casamento, que implicava nas questões de herança, e do enterro, já que os cemitérios eram católicos. Esse quadro jurídico era estreito demais tanto para a diversidade religiosa como ideológica que se apresentava. Daí os liberais começarem a pressionar na direção da "Igreja livre, num Estado livre", que tinha o sentido de separar Igreja e Estado como fundamento de

uma possibilidade jurídica de tolerância religiosa.

Com o advento da República e com a Constituição de 1891 a questão foi solucionada em parte: pela primeira vez, a liberdade de culto e a separação entre Igreja e Estado foram garantidas. O problema era que a liberdade de culto era entendida como algo entre brancos, isto é, liberdade assegurada aos protestantes. Nunca se assegurou a mesma liberdade de culto aos grupos afro-brasileiros. Havia restrições no Código Civil que acabaram atingindo de forma violenta os grupos religiosos negros. A primeira era o chamado exercício ilegal da Medicina, o charlatanismo, para o qual o Código Penal prevê punição, prisão, etc. Volta e meia se acusavam os terreiros e os centros de cultos afros de adotarem essa prática, justificando-se sua invasão. A outra restrição estabelecia que todas as expressões religiosas poderiam funcionar com liberdade, desde que não perturbassem a ordem pública. O barulho noturno dos atabaques era pretexto para se invadirem e fecharem os terreiros. Com essas duas restrições, sempre se manteve em rédea curta os terreiros, centros espíritas, e eles só poderiam funcionar com o alvará da polícia. A fé religiosa popular, portanto, era tratada como caso de polícia e resolvida na delegacia. Enquanto isso, qualquer conflito com as igrejas católica ou protestantes era resolvido pelo Ministério da Justiça.

Desafios ao movimento ecumênico

Em primeiro lugar, é preciso que se diga do esforço que houve primeiro no campo protestante para se estabelecer o diálogo entre as diferentes denominações. O Congresso do Panamá reuniu protestantes para discutir como seria realizado o trabalho de evangelização na tentativa de delimitar um campo para evitar conflitos denominacionais. A Confederação Evangélica do Brasil foi ou-

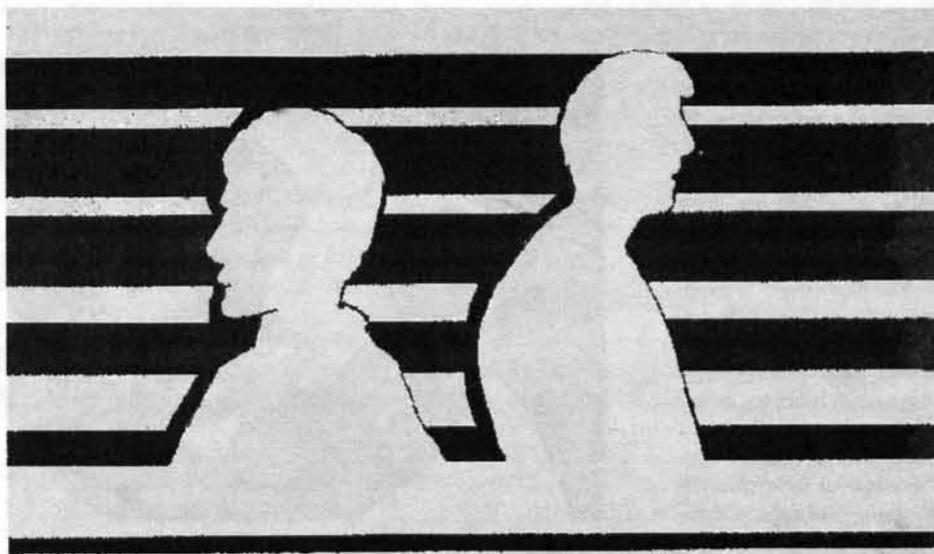
tra iniciativa. Isso se deu muito mais lentamente no campo católico. O Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965) desafiou oficialmente a Igreja Católica a se abrir ao diálogo.

Com relação ao diálogo inter-religioso, entretanto, a tarefa não é simples. No caso brasileiro, significa diálogo com as religiões afros. Para este diálogo, apenas alguns grupos nas igrejas evangélicas e católicas mostram-se abertos.

Temos que estar atentos para a sociedade brasileira, cuja diversidade religiosa aumentou bastante. O quadro apresenta-se muito mais amplo e requer um esforço conjunto das igrejas cristãs para estudar e estabelecer um patamar mais alto de discussão e de encontro. Precisamos de um fórum em que se reúnam líderes religiosos para dizerem com coragem e audácia que isso está incluído em um jogo que pode levar à violência. Temos que ter a coragem de transpor barreiras e analisar juntos o significado desse tipo de diálogo. No campo religioso, temos que ter uma espécie de código de conduta para garantir, no mínimo, um respeito mútuo.

De qualquer maneira, o movimento ecumênico criou espaço para esse diálogo, especialmente com o Conic, que é um canal importante, já que congrega os três grandes ramos do Cristianismo (católicos, evangélicos e ortodoxos). Mas isso só é pouco, já que limita-se às igrejas que estão em torno dele. Para o universo religioso brasileiro, é um espaço pequeno. Por isso, se queremos discutir o diálogo inter-religioso e a intolerância religiosa, um passo fundamental é o diálogo entre essas igrejas e os movimentos e igrejas pentecostais: como estabelecer convivência fraterna e cooperação?

José Oscar Beozzo, teólogo e historiador católico, é secretário-geral do Cesepe.



Cesar Lapa

Muito além da tolerância

Desafios atuais ao diálogo inter-religioso

Julio de Santa Ana

Uma das características deste fim de século é o renascimento de atividades que se observa no mundo das religiões. Se há pouco mais de três décadas se afirmava que o destino das expressões religiosas era desaparecer sob a pressão do processo de secularização, hoje temos que reconhecer que assistimos a manifestações de grande vitalidade por meio de práticas de diversas religiões. Isso está conduzindo gradualmente a uma nova maneira de entender o processo de secularização, que se percebe como um debilitamento das instituições religiosas tradicionais e uma proliferação de comunidades religiosas diferentes. As religiões, no fim do século XX, estão longe de perder força. O fato novo é que seu dinamismo se manifesta de formas diferentes.

Ao mesmo tempo em que entre algumas comunidades vêm diminuindo elementos que traduzem uma intolerância clara, em outras se abrem portas que durante muito tempo estiveram fechadas. Posturas mais abertas para aqueles que creem diferentemente permitem descobrir caminhos que superam a intolerância e que levam muito mais além de uma condescendência cortês ante à presença daqueles que são diferentes. Esse paradoxo se observa em muitos lugares do mundo. Pode ser que, em certas regiões, predomine o fanatismo; sem dúvida, o diálogo inter-religioso vai experimentando avanços graduais.

O convívio pacífico entre comunidades de expressões religiosas diferentes não constitui um fato novo na história. Basta, para provar essa afirmação, o desenvolvimento de um estilo de vida afável e tranquilo em Andalúzia durante os séculos XI a XV: muçulmanos, judeus e cristãos conviveram de forma serena. Se houve conflitos, muitas vezes não levaram a guerra de religião, posto que as comunidades religiosas diferentes se aliavam para fazer frente a inimigos ocasionais. A tolerância prevalecia.

Infelizmente, o desenvolvimento gradual da dominação ocidental (e cristã) motivou que essas práticas de diálogo e tolerância fossem suspensas. Para enfrentar o avanço do pensamento islâmico e judeu, o Cristianismo se tornou rígido, dogmático, inquisitorial e conquistador. As peripécias das igrejas cristãs desde o fim da Idade Média até começo deste século contribuíram para que se afirmasse a intolerância. O desenvolvimento da cultura moderna tem contribuído para colocar sob juízo essa atitude fanática, auto-suficiente e intransigente. À medida que o colonialismo ocidental foi chegando ao fim, o etnocentrismo dos dominadores teve que reconhecer os direitos dos oprimidos, entre os quais os direitos culturais e religiosos dos povos.



Cesar Lapa

Fatores geradores da intolerância

Primeiramente é necessário reconhecer que a superação da intolerância é uma das grandes contribuições da cultura moderna. Não obstante, é importante recordar que a modernidade tem também aspectos negativos e intolerantes. A cultura moderna é como aquele deus romano, o Júpiter de duas faces, que vivia em tensão entre a guerra e a paz. Na cultura moderna existem tendências claras em favor da reação e do ressentimento, em evidente antagonismo com outras em favor da liberdade, da tolerância e do direito daqueles que sofrem o peso da opressão e da injustiça. Ao mesmo tempo em que as forças reacionárias afirmam o dogmatismo e o fanatismo, os movimentos progressistas enfatizam a importância da razão e do diálogo.

A superação do sectarismo intransigente se produz no contexto de que se pode chamar ultramodernidade. É próprio da cultura moderna e das sociedades modernas abrirem espaços à diferença e ao reconhecimento dos diferentes. Isso é oposto ao que alguns chamam "pensamento único", característico de sociedades ontocráticas, tradicionais, nas quais desde o alto do poder se impõe uma única maneira de ver as coisas.

Na ultramodernidade corre-se o perigo da fragmentação social, de banalizar as diferenças, de subtraí-las de tal maneira que muitas vezes são aceitas de forma insignificante e pouco consistente. Não obstante, a diversidade forma parte da realidade. Reconhecer o peso dos fatos é necessário. Isso não é um rasgo "pós-moderno", mas é próprio de sociedades que reconhecem e estão dispostas a viver a convivência com aqueles que não são iguais, nem têm por que aceitar a obrigação de seguir modelos impostos pelos que estão no poder.

O diálogo inter-religioso deve ser aceito nessas condições. Mais ainda, nas sociedades modernas, que têm a tendência de afirmar fortemente a importância dos indivíduos,

este correm o risco de sentir-se isolados, retraídos, excluídos. Para resistir a essas tendências negativas da modernidade, no desenvolvimento desta busca afinidades que permitam construir solidariedades que contribuem para que os indivíduos sobrevivam em comunidade. As associações religiosas são um exemplo dessa afirmação da vida. Esse é um fato que não foi suficientemente avaliado pelas teorias tradicionais da secularização. Em um momento da história no qual os seres humanos experimentam o peso de um individualismo inumano que empurra para a competitividade e para as fraturas sociais, homens e mulheres se voltam em busca da formação de comunidades religiosas de novo tipo, nas quais correlações afetivas são mais importantes que as instituições.

O diálogo inter-religioso tem que ser compreendido neste contexto: algo que traduz a solidariedade que experimentam homens e mulheres que compartilham convicções similares apesar de suas crenças e referências simbólicas não serem as mesmas.

Em segundo lugar, junto com o fator sociocultural objetivo descrito acima, é preciso levar em conta também um aspecto subjetivo de primordial importância: o desenvolvimento de uma consciência crescente de Deus como fonte de vida de todos os povos, sem exclusões. Essa tomada de consciência teológica afirma a universalidade de Deus e de sua economia da salvação. O amor não pode ter barreiras, ou seja, o próximo não é apenas o homem ou a mulher do meu povo. A tolerância vale mais que a intransigência. O diálogo é muito mais pertinente que a afirmação dogmática de crenças particulares. Se Deus é fonte de vida para todos, se Deus é de todos e acompanha a todos, não cabem atitudes etnocêntricas e exclusivistas.

Ambos os aspectos apresentados estão presentes no movimento ecumênico moderno. É verdade que, em seu seio, há tendências que ainda reagem negativamente ao diálogo

inter-religioso. Por isso, um dos maiores desafios que hoje experimenta o ecumenismo é o de ir além das fronteiras cristãs, abrindo-se ao diálogo com outras religiões.

Orientações para o diálogo inter-religioso

Para concluir, indicamos quatro linhas que devem ser levadas em conta no diálogo inter-religioso. Em primeiro lugar, é preciso aceitar o outro, a comunidade diferente tais como são, incluindo sua cultura, seus valores, sua maneira de estar no mundo e de compreendê-lo. Em segundo lugar, é necessário conhecer o outro, a comunidade diferente, levando em consideração suas definições ante a realidade. Isso significa valorizar suas convicções, que podem ser diferentes das nossas, às vezes convergentes e outras vezes divergentes. Esse conhecimento é base de um respeito necessário do outro.

A terceira linha, a aproximação ao outro, à comunidade diferente, permite estabelecer solidariedades mútuas em torno de causas comuns. Ou seja, o diálogo não é apenas questão de palavras e de argumentos, mas de engajamentos recíprocos.

Finalmente, é urgente entender e admitir os processos de hibridação cultural como o terreno que permite desenvolver o diálogo inter-religioso. Aproximamo-nos no campo das expressões religiosas porque estamos juntos primeiramente na vida. Compartilhamos esperanças porque estamos juntos no mundo em que Deus nos chama a ser-lhe fiéis.

Julio de Santa Ana é teólogo uruguaio metodista e um dos assessores do Conselho Mundial de Igrejas (CMI). Autor de "Pão, Vinho e Amizade", e "Ecumenismo e Libertação", entre outros.

Uma pedra no meio do caminho do diálogo inter-religioso

O cardeal alemão Joseph Ratzinger, poderoso presidente da Congregação para a Doutrina da Fé (ex-Santo Ofício) do Vaticano, acusou o Conselho Mundial de Igrejas (CMI) de financiar movimentos da esquerda subversiva e dos teólogos da Teologia da Libertação da América Latina durante o lançamento do livro do padre italiano Nicole Bux, "O quinto selo", dedicado ao problema da unidade dos cristãos no terceiro milênio. "Grande parte dos bispos (católicos) da América Latina lamentaram-se comigo pelo fato de o Conselho Ecumênico de Igrejas (sic) ter dado uma grande ajuda aos movimentos de subversão, uma ajuda que talvez tivesse boas intenções, mas que acabou sendo danosíssima para os caminhos do Evangelho", afirmou o cardeal.

Outra forte crítica do cardeal Ratzinger foi renovada aos católicos que pretendiam restabelecer a unidade de todas as igrejas cristãs através de caminhos conciliatórios ou de concílios ecumênicos que reúnam, no plano teológico e doutrinário, as igrejas nacionais. Ratzinger considera a teoria "um sonho irreal e romântico" porque negaria o princípio da primazia do bispo de Roma (no caso o papa) estabelecido por São Pedro.

A afirmação de Joseph Ratzinger foi criticada pelo presidente do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic), o bispo anglicano Glauco Soares de Lima. "Estamos em fase de ecumenismo e esse pronunciamento é divisor de águas. Mesmo para a Igreja Católica tem consequências negativas porque, embora não seja um membro oficial,

ela participa de tudo o que o Conselho faz", disse. "É uma das coisas mais absurdas que já ouvi", acrescentou.

O presidente do Conselho Latino-Americano de Igrejas (Clai), o pastor luterano Walter Altmann, também considerou "lamentáveis" as acusações do cardeal. Altmann afirmou que o CMI prestou apenas "auxílio humanitário a movimentos sociais". Segundo o pastor, o Conselho também apoiou o projeto de alfabetização na Nicarágua após a vitória da Revolução Sandinista em 1979: "Houve ajuda de materiais e recursos financeiros e assessoria técnico-pedagógica, e o programa teve grande êxito". "Ajudamos recentemente nas negociações de paz em El Salvador e na Guatemala, mas não se pode transformar intermediários para acordos de paz em financiadores de grupos guerrilheiros", lembrou.

Dwain Epps, membro da Comissão de Assuntos Internacionais do CMI, refutou em memorando extra-oficial as declarações de Ratzinger. "A verdade é que as ditaduras militares latino-americanas e suas aliadas, inclusive alguns elementos da igreja, consideravam a própria Teologia da Libertação como subversiva", afirmou. Ele lembrou que nos anos de 1970 muitos grupos defensores dos direitos humanos pediram ajuda moral e financeira ao CMI "e este a proporcionou generosamente durante mais de vinte anos, a fim de equipar as igrejas para que pudessem ser efetivas protetoras e defensoras dos pobres e oprimidos", recordou Epps. (JB, 10/6/97; ALC, 17/6/97)

Dez pecados contra o diálogo inter-religioso

Fernando Altemeyer Junior

Novos movimentos religiosos, seitas, fim de milênio, conflitos e guerras entre fundamentalistas, inculturação... Eis aí um vasto e rico câdinho de cultura que desafia mulheres e homens neste tempo de crise e de buscas.

Quando pensamos em abrir-nos ao diálogo inter-religioso recebemos mais críticas que abertura e tolerância. Estamos uns diante dos outros como que travados e bloqueados pela arrogância do poder religioso ou da verdade sedimentada e dura. Parece até que perdemos a poesia, a arte do diálogo e a força da mensagem parabólica de Jesus.

O diálogo inter-religioso que se está gestando em muitas igrejas e grupos religiosos hoje no Brasil poderia ser caracterizado como um longo e belo "processo de fecundação" que favoreça num futuro próximo a descoberta de uma nova linguagem religiosa isenta de preconceitos e de fundamentalismos tão danosos e freqüentes em nosso cotidiano e em nossas denominações religiosas. Esta nova linguagem virá sempre acompanhada de novas atitudes diante da vida e do jeito de ser outros credos e crenças (e por que não dizer, diante dos não-crentes também!). Precisamos ouvir a canção e os murmúrios dos outros. Reconhecer outras culturas, recolher outras experiências religiosas e mesmo animar o coração humano dos outros irmãos, é belo convite ao diálogo.

Existem, entretanto, no incipiente diálogo inter-religioso, alguns frutos proibidos ou pecados que não deveríamos cometer, pois colocam em perigo as frágeis pontes que nestes poucos anos de aproximação fomos construindo juntos.

Primeiro pecado: intolerância

Ainda encontramos nas diferentes religiões do planeta uma intolerância mútua que limita a comunhão humana e empobrece igrejas, ministros religiosos e povos inteiros. Este pecado humano e persistente deveria tornar-se provisório e converter-se em reconhecimento dos outros em sua beleza e diferença inéditas. Somente venceremos a intolerância pelo respeito mútuo, ou nas belas palavras do rabino Henry I. Sobel: pela reverência ao outro.

O metropolitano Damaskinos, do patriarcado ecumênico de Genebra, falando da busca de uma "tolerância essencial", destacou: "Durante a história das religiões duas formas diferentes de tolerância, e respectivamente duas formas de intolerância, foram praticadas: tolerância formal e tolerância essencial de um lado; intolerância formal e intolerância essencial, de outro. Eu compreendo por 'tolerância formal' o fato de simplesmente tolerar a existência de uma religião diferente diante de uma religião hegemônica, nacional ou estatal. A recusa desta reli-

gião de permitir ou tolerar a simples liberdade de existir de qualquer outra religião é interpretada como uma intolerância religiosa que obriga os fiéis das outras religiões a submeter-se ao seu poder teocrático-político com o pretexto de não quebrar a unidade religiosa da etnia ou Estado em questão. Por 'tolerância essencial' eu compreendo a superação do quadro estreito da pura (ou diferente) tolerância de uma religião diferente na direção de seu reconhecimento positivo como expressão legítima da relação homem-divino. A negação de uma religião dominante — quer étnica ou estatal — de aceitar formas de reconhecimento, superando o simples tolerar a existência de outras religiões, torna-se uma intolerância essencial que limita a expressão de qualquer religião tolerável".

Segundo pecado: surdez

Para chegarmos a uma reverência que supere a intolerância existe um fator objetivo que interfere em nossa atitude diante de outros fenômenos ou pessoas religiosas: é a liberdade de consciência e, certamente, a abertura à verdade do outro. Respeitar não significa aceitar mas não se pode viver sem a escuta. Quem respeita, ouve! Precisamos cotidianamente assumir em nossas atitudes e congregações ou comunidades religiosas o exercício da escuta e do respeito. Saber ouvir, amar suas convicções religiosas sabendo que tão sagradas quanto elas são as convicções alheias.

Terceiro pecado: paralisia

Há uma verdade profunda em todas as religiões e na sua busca comum da fraternidade: é necessário trabalho árduo para vencer a paralisia e o medo. É preciso dar passos em direção ao outro.

As dezenas de guerras religiosas nos conclamam a superar tamanha aberração. Não podemos ficar inertes nem isentos diante do clamor de milhões de excluídos da vida e da esperança de viver. O ecumenismo é uma exigência de justiça e uma graça divina que deve ser transformado em ato. Precisamos vivê-lo tanto quanto proclamá-lo.

Quarto pecado: monólogo

É óbvio que diálogo pressupõe a superação dos solilóquios e a descoberta do outro. Novas sínteses e abertura de posições pessoais são necessárias. Isto tem trazido dificuldades e colocado novos problemas pastorais, humanos e teológicos. Isto é uma riqueza e um risco e não nos deve intimidar. Nossa Tradição e nossos pais na fé serão honrados e não renegados por conversarmos com outros credos e religiões. Descobrir a fé dos outros com amor e respeito é até exigência evangélica:

"Uma correta apreciação de outras tradições religiosas pressupõe

normalmente um contato estreito com estas. Isto implica, ao lado de conhecimentos teóricos, uma experiência real do diálogo inter-religioso com os adeptos destas mesmas tradições. Entretanto, é também verdadeiro que uma avaliação teológica correta das tradições, ainda que em termos gerais, permaneça um pressuposto necessário para o diálogo inter-religioso".

Quinto pecado: posse

Eis o pecado central, tal como no decálogo de Moisés, a impedir a vida e a comunhão. Pensar-se dono e proprietário da verdade. Substituir o serviço à verdade pela pretensa crença de possuí-la. Eis a reflexão do mestre e filósofo francês Paul Ricoeur, falando sobre a questão da verdade: "Em primeiro lugar devemos renunciar a uma relação possessiva da verdade; não devemos

Sétimo pecado: pressa

Diferentes vozes que nos chegam de outros continentes empenhados no diálogo inter-religioso nos pedem firmeza permanente e empenho na construção deste caminho comum, evitando a pressa que nega a paciência e os limites comuns. No caminho do diálogo não pode haver tempo limitado nem cronometrado. Essa paciência e esperança permanente exigem um espírito de inovação, tato de artista, inteligência, profunda paixão aliadas à generosidade, pois:

"O diálogo com os não-cristãos é uma arte que requer uma mente informada, de conhecimento, tato, mas sobretudo de elã e do calor da caridade. Somente a caridade não poderá suprir às demais se não queremos tentar a Deus, é necessário uma preparação tanto mais entusiasmada quanto a tarefa confiada é mais extensa ou mais delicada".



"Chute na Santa": cenas de intolerância explícita

dizer: eu tenho a verdade, mas sim, eu espero estar na verdade. A pior maneira de encontrar o outro é de anular sua intenção de verdade, tanto quanto a minha. Todo diálogo desaparece quando não há confrontação, onde não existe mais convicção. Este paradoxo é 'a verdade no amor', dom precioso do Espírito — Único Espírito, mas ninguém sabe onde sopra o vento".

Sexto pecado: oportunismo

Ao mesmo tempo em que nós mudamos de mentalidade segundo os sinais dos tempos, devemos também transformar nossa maneira de viver o pluralismo religioso. E isto o fazemos não por oportunismo ou gesto tático. Nem sequer por proselitismo renovado.

Vivemos novos tempos e precisamos de novos cristãos. O diálogo torna-se uma realidade teológica viável e prática pois cristãos e outros irmãos religiosos vivem experiências transparentes e honestas de convivência e partilha. Precisamos da crítica dos outros e não de sua submissão.

Oitavo pecado: neutralidade

O diálogo inter-religioso que se estabelece lentamente entre as grandes religiões do mundo na busca da paz é sobretudo um estilo de ação e um compromisso firme de transformação. O verdadeiro diálogo não se camufla na areia movediça da neutralidade. O diálogo é argumento e honestidade sincera de parceiros diferentes. Não é uma fotocópia nem troca de gentilezas ou diplomacia de elites religiosas. De certa forma é um novo jeito de falar de Deus.

Nono pecado: blasfêmia

Palavras que ultrajam ou desrespeitam as pessoas, seus credos ou sua religião nos tornam blasfematórios. Desrespeitamos a Deus quando desrespeitamos ou menosprezamos a fé alheia e diferente da nossa. Sempre pedimos respeito aos nossos símbolos e crenças. Outros assim também o querem e desejam. Senão tornamo-nos irreverentes. Blasfemamos contra os irmãos e contra o Pai de todos.

Se queremos que o cristianismo seja compreendido e respeitado é preciso que testemunhemos com

alegria e generosidade nossa fé neste nosso Salvador e Redentor. E assim fazendo com humildade partilharemos nossa experiência no Deus pessoal e irmão nosso, oferecendo aos outros este frágil tesouro de nossa fé, nosso alimento saboroso e razão última de nosso viver.

Décimo pecado: estreiteza

Depois de palmilharmos juntos este caminho em favor do diálogo ainda nos resta um grande empecilho: a estreiteza de nosso pensamento e os limites de nossas instituições históricas.

Estamos somente no limiar do conhecimento se cada dia não recomeçarmos e ampliarmos visões, amores e olhares. O reconhecimento mútuo exige muito trabalho e orações. É obra do Espírito de Deus e abertura do coração humano.

Para recuperarmos a leveza do ser em diálogo, retomo a força do imaginário popular e apresento para degustação e partilha outra parábola daqueles que buscam a verdade e querem superar pecados pessoais estruturais, na escuta do poema do amor divino:

"Num velho pagode chinês, duas estátuas, uma de Buda e outra de Lao-Tsu, lá se encontravam há séculos. Um dia, chega um bonzo que, vendo o lugar de honra (esquerda na China) ocupado pela estátua de Lao-Tsu, sentiu-se indignado e disse:

— Lao-Tsu é grande! Mas ninguém se pode igualar a Buda, o iluminado.

Com grande esforço, ele trocou as estátuas de lugar e partiu contente por colocar as coisas em ordem.

Sobreveio um filósofo taoísta que não possuía a mesma opinião e exclamou:

— Como pode!? Colocaram Buda no lugar de Lao-Tsu? É verdade que ele é um iluminado mas ninguém é mais sábio que nosso fundador, o nobre mestre da China. E as estátuas foram novamente mudadas.

Como os dois visitam diariamente o Templo, as estátuas cambiam sempre de lugar.

A situação tornara-se dramática e as estátuas se estilhaçavam mais e mais, até romperem-se completamente.

Uma noite, no silêncio do pagode, pode-se ouvir Buda e Lao-Tsu, calados depois de milênios, dizer:

— Nós nos entendíamos muito bem, e nunca tivemos problema de primazia de lugar. Mas este dois loucos, querendo nos honrar destruíram as estátuas. Quando irão parar de brigar e nos deixar em paz nesta nossa glória de amigos?"

Fernando Altemeyer Júnior é mestre pela Universidade de Louvânia. Membro do Vicariato da Comunicação da Arquidiocese de São Paulo.

Trechos do artigo publicado na revista "Fragmentos de Cultura", Goiás, IFITEG, n. 19, agosto de 1996.

Diálogo é para trocar palavras e gestos

Rafael Soares de Oliveira

O chão tremia suavemente com uma vibração que mexia com o corpo como se fosse arrepiar a pele... Era o som forte e ao mesmo tempo alegre, conduzido por cantigas em uma língua estranha, que provocava tudo aquilo... Os atabaques mudavam a batida a cada momento e as pessoas agrupadas dançavam em um círculo: a cada música davam passos diferentes naquele balé da gente daquela comunidade... Eu estava ali pela primeira vez, num misto de assustado e emocionado: num conflito interior entre o temor e a sedução pela beleza... De repente uns giravam mais forte e assumiam gestos majestosos, de olhos fechados, e sem importar a idade ou o sexo, dançavam mais intensamente ainda que antes, dando saltos e gritos como gemidos guturais: saíam e voltavam daquele barracão numa velocidade admirável estimulando a alegria da comunidade. As crianças e senhoras de mais de oitenta confundiam o som de suas vozes em saudações e acolhiam com carinho e respeito os abraços dos que tinham vindo para a festa: os orixás.

Ali, assistindo aquela seqüência de fenômenos e sem compreendê-los, ao mesmo tempo me admirava de chegar tão próximo, sentir-me tão próximo e ficar tão distante... Era necessário a princípio admitir o medo que me afastava junto com os preconceitos entranhados no meu sangue: cristão, branco e do sudeste brasileiro. Repetia respeitosamente os gestos da comunidade, como faria em qualquer igreja que entrasse, mas receber o abraço de um orixá era ao mesmo tempo sinal de graça para a comunidade e de carinho mesclado com rejeição para mim: afinal o coração traía suavemente os

anos de caricaturas aprendidas contra aquelas manifestações – “de histeria, de loucura ou até mesmo demoníacas”. Seria politicamente correto não ter dito assim: mas foi assim que aprendemos as coisas, com preconceitos contra aquela *religião de pretos*.

Era inevitável deixar a mente transbordar. Enfim o que me trouxera até ali? Por que continuar num lugar vazado por tantos sentimentos e pensamentos conflitantes? E ainda, sem nada entender?...

As coisas tinham começado uns anos antes daquela primeira festa de orixás que participava. Em KOINONIA, admitindo nossa ignorância com respeito à cultura negra no Brasil, realizamos em 1993 um primeiro seminário, interno, sobre o assunto. Uma série de preocupações com movimentos sociais e no âmbito da Pastoral nos atravessava: onde os negros vinham assumindo fortemente uma posição de destaque – além de tomarem diversas iniciativas inclusive no campo litúrgico. Entre as conclusões do seminário e seguindo nossas limitações, decidimos buscar um diálogo com o Candomblé – e particularmente com as posições mais ortodoxas do povo de santo. Essa última determinação parece ser antagonista ao diálogo, mas ao contrário facilitou as coisas: pois é na ortodoxia que se encontram regras mais rígidas, maiores exigências, maior formação e por isso mesmo uma instigante postura de manutenção da identidade.

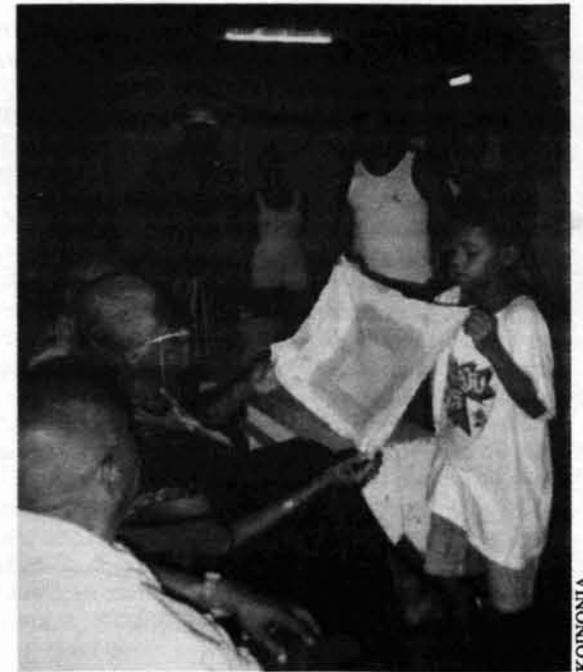
Realizamos um primeiro encontro com gente do Candomblé: juntos estávamos teólogos, pastores, cientistas sociais, ialorixá, ogãs, para um diálogo de informações mútuas e confraternização. Mas,

transcendendo a atitude de troca de informação, impôs-se uma questão ética: os terreiros de Candomblé em Salvador (cerca de dois mil) estavam com seu futuro ameaçado. Em sua maioria encontravam-se sem a situação fundiária garantida legalmente e ameaçados por um processo de expulsão urbana e erosão – tanto por depredação como por invasões ilegais de territórios. Em consequência os terreiros, cada vez mais, ficavam incapacitados de atender suas comunidades em questões de saúde com uso de plantas...

Pois é... Aquela era a primeira festa aos orixás de que participava depois do início do Projeto Egbé, de KOINONIA – que tem por objetivos a regularização fundiária de terreiros, a recuperação ambiental e a realização de encontros de diálogo inter-religioso. Depois daquela sucederam-se várias outras festas até que o estranhamento inicial cedesse lugar à contemplação da alegria e da ação de graças realizada por aquelas comunidades... Sem dúvida nenhuma envolto num emaranhado de dúvidas e desconhecimento, cuja angústia positiva desdobrou-se na edição de textos de compreensão como “Águas do Rei”, de Ordep Serra – irmão ogã, antropólogo amigo –, e de reflexão como “Carne do Sagrado – devaneios sobre a espiritualidade dos orixás”, de Paulo Botas – irmão em *koinonia*. Ou ainda em seminários como o que KOINONIA realizou sobre “Salvação e culturas” publicado em parte pela revista “Tempo e Presença”.

Seguimos trabalhando e tentando assumir os desafios apresentados pelo compromisso de uma ação solidária ecumênica – já desenvolvemos trabalhos de reciclagem de pa-

A oficina de papel reciclado é uma das atividades do Projeto Egbé em Salvador



pel com crianças, projetos de contenção de encostas e até mesmo balé com jovens. Sempre conscientes de que nossa ação é mínima diante da totalidade de terreiros – atendemos dezesseis desde 1995 –, buscamos deixar um sinal de *presença ecumênica* que ultrapasse nossa existência e forje as consciências a favor de irmãos em outra forma de ser religiosos e brasileiros. Por isso assessoramos a luta contra o “Museu Estácio de Lima”, aberração preconceituosa já noticiada nas publicações de KOINONIA, e nos colocamos contra toda forma de resistência ao diálogo e atitude de intolerância.

Hoje, quando partilhamos (é de partilha a sensação) de uma festa para os orixás é possível integrar

uma experiência comum, iniciada por um imperativo ético. Ainda que permaneça o *mistério* – esse insondável presente entre nós humanos... Às vezes temos notícias de passagens do Antigo e do Novo Testamento que se assemelham em quase tudo a histórias dos orixás, mas fazer ilações de universalidade não é fundamental. Importa mais o *assombro*, maravilhoso assombro diante do fato de que em culturas diferentes seres humanos tenham buscado formas tão semelhantes de se conectar ou representar a *transcendência* que nos interroga e nos faz vivos.

Rafael Soares de Oliveira, leigo católico, coordena o Projeto Egbé - Espaço Sagrado, de KOINONIA.

Invista no tema

AMALADOSS, Michael. *Pela estrada da vida: prática do diálogo inter-religioso*. São Paulo-SP, Paulinas, 1996. 264 pp.

Em contexto pastoral, destaca os desafios do diálogo inter-religioso: examina os problemas do pluralismo de crença religiosa no que se refere aos símbolos, rituais de cura e automanifestação divina revelada.

ARAI, Tosh & ARIARAJAH, Wesley. *Spirituality in Interfaith dialogue*. Genebra-Suíça, CMI, 1989, 103 pp.

Analisa as contribuições teológica e pastoral para com as questões ecumênicas do diálogo entre confissões.

BARROS, Marcelo de Souza. *O sonho da Paz: a unidade nas diferenças, ecumenismo religioso e o diálogo entre os povos*. Petrópolis-RJ, Vozes, 1996. 212 pp.

Reflexões teológicas sobre a urgência da abertura ao ecumenismo cultural como condição para a paz mundial.



BOTAS, Paulo. *Carne do Sagrado, Edun Ara: devaneios sobre a espiritualidade dos orixás*. Rio de Janeiro-RJ, Koinonia: Vozes, 1996, 95 pp.

Aborda a temática “diálogo interreligioso” exercendo-a diretamente: não só verifica a possibilidade dialogal entre suas formas de espiritualidade, como se coloca no interstício ortodoxo das principais narrativas pertinentes a arquétipos comuns. Deixa emergir uma criação teológica, livre do medo institucional, dos preconceitos velados ou dos chavões vazios.

HILLMAN, Eugene. *As várias moradas: os católicos diante do pluralismo religioso*. São Paulo-SP, Loyola, 1997, 147 pp.

Reflexões históricas e antropológicas sobre o significado da religião e seu lugar na vida de pessoas reais, que experimentam a vida e procuram o seu significado dentro de um período histórico e de um contexto cultural específicos.

MITRI, Tarek. *Religion, law and society: a christian-muslim discussion*. Genebra-Suíça, CMI, 1995, 137 pp.

Reflexões sobre o diálogo entre cristãos e muçulmanos.

SCHMIDT, Ervino & ALTMANN, Walter, editores. *Inculturação e Sincretismo*. Porto Alegre-RS, CONIC: IEPG, 1995, 82 pp.

Artigos sobre pluralismo religioso, sincretismo, diálogo entre religiões e culturas e inculturação.

SERRA, Ordep. *Águas do Rei*. Rio de Janeiro-RJ, Koinonia: Vozes, 1995, 366 pp.

Estudo antropológico sobre a realidade do Candomblé no Brasil, passando por questões como “sincretismo”, “relação com a Igreja Católica” e “resistência cultural”.

TEIXEIRA, Faustino (organizador). *Diálogo de Pássaros: nos caminhos do diálogo inter-religioso*. São Paulo-SP, Paulinas, 1993. 175 pp.

Aprofundamento da interface de



várias religiões naquilo que é uma das dimensões centrais: a soteriologia, a pretensão diversamente justificada em cada uma de serem portadoras universais de salvação.

_____. *Teologia das Religiões: uma visão panorâmica*. São Paulo-SP, Paulinas, 1995. 246 pp.

Aborda as principais temáticas teológicas sobre diálogo inter-religioso. Destaca o cristianismo como religião da alteridade.

A mulher que convenceu Jesus

Uma leitura de Marcos 7.24-30

Valmor da Silva

Marcos contou a Boa Notícia. Os inícios do seu evangelho são perpassados de entusiasmo. Jesus caminha sem parar, pelas estradas poeirentas da Galiléia. E ali suas viagens se alternam entre a população judaica e a não-judaica. Nessa costura contínua, espalha milagres e curas para incluir todas as pessoas que vivem à margem. Chegando ao centro de sua narração, o evangelista apresenta um diálogo insólito, entre uma mulher estrangeira e o próprio Jesus. Vamos recontar a cena de Marcos 7.24-30.

Jesus saiu de Genesaré, que ficava à beira do mar da Galiléia, e foi para a região de Tiro e Sidônia. A viagem, de quase 70 quilômetros de distância, o levou para o território da Fenícia, atual Líbano. Jesus entrou numa casa para não ser identificado, mas não conseguiu ficar escondido. Quem ouviu falar de sua presença lá? Uma mulher da região, de origem siro-fenícia, de língua grega, portanto pagã. Sua filhinha estava com um espírito impuro, então a mãe veio lançar-se aos pés de Jesus, pedindo: "Expulsa o demônio da minha filha!" Jesus respondeu: "Deixa primeiro os filhos ficarem saciados, pois não convém tirar o pão dos filhos e jogá-lo aos cachorrinhos". Mas ela retrucou: "Senhor, também os cachorrinhos, debaixo da mesa, comem das migalhinhas das criancinhas". Então Jesus disse: "Por causa desta palavra, podes voltar, já saiu da tua filha o demônio". Ela voltou para casa, encontrou a criancinha deitada na cama, pois o demônio tinha saído.

Um clima de afeto e de ternura percorre as palavras desse diálogo que abusa das expressões carinhosas, em diminutivo. É possível até visualizar a mulher aos pés de Jesus, agachada como cão faminto, forçando a conversa com ele. O clima é também ríspido, a discussão rápida e agressiva, a mulher ousada em tomar a iniciativa.

Assistimos a uma cena da vida cotidiana, destas que Marcos, como cinegrafista amador, sabe captar com fineza. A preocupação é tipicamente familiar. A discussão anterior havia terminado numa casa (7.17). Aqui Jesus entra numa casa (7.24) e no final a mulher volta para casa (7.30). Ela começa justamente invadindo a privacidade de Jesus. Todo o debate, além disso, se dá em torno ao pão, mesa, migalhas, cães domésticos, crianças, cama, todos termos da vida diária.

Ela começa em desvantagem, mas toma a iniciativa já ao procurar por Jesus. Consegue tirá-lo do anonimato e parte para o pedido direto. A reação de Jesus é desconcertante, conforme o relato que estamos seguindo. Ele dá a entender que sua missão devia priorizar o povo judeu. É também ofensiva a sua resposta, pois contrapõe os filhos aos cães. De

fato nalguns escritos judaicos os pagãos eram comparados a esses animais supostamente impuros. A mesma frase parece fazer referência à carestia de pão para a população estrangeira. Ademais a mulher não havia pedido pão, pedira a cura de sua filha.

Mas ela, com perspicácia e rapidez, tira dos lábios dele o argumento e o utiliza em seu próprio favor. Do veneno da ofensa ela extrai o remédio que vai curar. Particulariza o princípio genérico naquele seu caso singular. A comparação dos filhos saciados, ela a aplica à própria filha em necessidade. Da imagem negativa dos cachorros ela aproveita justamente a fidelidade do animal e demonstra que também noutros Deus atua.

Assim a palavra da mulher, além

puro, nenhuma vez ela menciona esse aspecto. Quando Jesus apela para os cães, que no contexto simbolizavam impureza, ela logo inverte o argumento e desfaz a suspeita.

Filósofa, ela demonstra seu alto nível de inteligência. Convence pela rapidez do raciocínio, pela firmeza dos argumentos e pela capacidade em discutir. Enfim, caso excepcional, ela vence a discussão com Jesus.

Teóloga, ela apresentou um novo conceito de Deus, do relacionamento pessoal, da saúde. *Perseverante*, demonstrou como Deus vence pela generosidade.

Ecumênica, ela foi capaz de estabelecer novos parâmetros religiosos. Superando os preconceitos de impureza, a sua idéia aberta de religião convenceu o próprio Jesus.



William Seewald

de convencer Jesus, também eliminou o preconceito da impureza.

Vale a pena encantar mais de perto a figura desta mulher. *Mulher*, simplesmente mulher, anônima, ela assume o protagonismo da cena. Encara Jesus, o homem, o judeu, o de outra língua, de outra cultura, e discute com ele. O círculo do machismo é desfeito.

Mãe, ela não pede para si. Pede para a filha, também mulher, e doente. Quer romper a corrente da marginalização que vai passando de mãe para filha. Rompe a cadeia do isolamento e da morte.

Estrangeira, ela supera todas as fronteiras. Aproveita-se até da desvantagem de Jesus que é o estrangeiro na pátria dela. Aproveita-se também da situação de cachorros como os pagãos eram tratados, e leva Jesus a superar este preconceito.

Sem preconceitos, acaba com a idéia de impureza. Embora a filha dela fosse vítima de um espírito im-

ração das desigualdades sociais, dos preconceitos religiosos, das espoliações econômicas, das distâncias culturais entre aqueles povos vizinhos. A discussão da mulher com Jesus estaria retratando e ao mesmo tempo superando as dificuldades de convivência. Aponta saídas, rompe fronteiras, abre espaços.

Na mesma linha de reflexão é compreensível a preocupação com os pães neste episódio. Parte dos argumentos gira em torno ao pão, às migalhas e ao verbo saciar. Jesus acaba se convencendo em repartir "o pão dos filhos" com os "cachorrinhos". Supera, dessa forma, as discussões alimentares sobre pureza e impureza, entre judeus e pagãos, naquela época. A partilha do pão é mais importante que qualquer instituição legal. Este debate está situa-

Revisitando a história e olhando o futuro

1958. Ano de fundação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)? Não se pode atribuir-lhes precisamente a data de nascimento, mas é interessante percebê-las como sucedâneas de duas histórias. Primeiramente, no tempo longo da América Latina, legados do catolicismo do povo. Estudiosos têm destacado essa imbricação das CEBs com o catolicismo do povo, já que este é de leigos, "tem muita reza e pou-



co padre" e uma organização fruto da experiência religiosa e social das classes populares. Além disso, o catolicismo do povo e as CEBs têm em comum certa autonomia em relação ao clero no que tange à organização da vida de fé. Isso é o que faz, precipuamente, as CEBs serem "de base" — estão constituídas especialmente pelos leigos.

No Maranhão elas teriam surgido no final dos anos de 1950. Em substituição às desobrigas, leigos e religiosas reuniam-se em comunidades e intensificavam a vida de fé. Logo se percebeu que a vida de fé tinha uma integração com as lutas por sobrevivência efetivadas pelos pobres. Observou-se também que, diante dos regimes de Segurança Nacional, se impunha a defesa da dignidade das maiorias empobrecidas. Essa presença solidária levou à formulação da Teologia da Libertação.

As CEBs disseminaram por toda a Igreja romano-católica o espírito do comunismo cristão, e intensificou-se a formação de igrejas comunitárias, igrejas de CEBs em todos os continentes. Mais que isso: têm-se aberto ao espírito ecumênico e ao diálogo inter-religioso, se apresentam como um desafio teológico e pastoral a todas as igrejas...

Já são quase 40 anos de experiência se consideramos o Maranhão. Nestes dias, está acontecendo o IX Encontro Intereclesial, em São Luís. As CEBs, força dos pobres e dos leigos, aparente fraqueza, mais uma vez questionam o "modo de ser igreja". Será que ainda há espaço para a construção da vivência comunitária e solidária diante das "religiões de mercado"? Será que as CEBs ainda têm o que dizer pastoralmente? Será que são uma resposta para a América Latina hoje?

Valmor da Silva, biblista católico, é colaborador do Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos (CEBI).

A tarefa dos discípulos de Jesus hoje

Breno Schumann

A seção "Memória" desta edição de CONTEXTO PASTORAL é dedicada a Breno Schumann, cuja morte completou 25 anos em maio. A resposta à pergunta "Por que Breno Schumann?" pode ser encontrada nas palavras de Carlos Cunha, editor de CEI Suplemento, no número de julho de 1973 (um ano após a morte do teólogo): "A resposta vocês vão ter lendo uns poucos sermões [aqui está publicado um deles] (...) Há mesmo um sem-número de escritos e trabalhos, perdidos alguns definitivamente, que dariam livro ou livros sobre a obra, pensamento e vida desse semi-rapaz, semi-adulto — meias dimensões físicas — que, no entanto, foi de uma grandeza que ultrapassou sua Igreja Luterana, sua paróquia juiz-forana e o movimento ecumênico.

"As constantes de sua pregação eram Ressurreição, Esperança, Reino de Deus, Discipulado. Eu, no entanto, pequeno conhecedor de sua imensidão, arrisco dizer que Discipulado foi a essência dele mesmo. Os retalhos que recolhi para levar-lhes a vocês tiveram um objetivo: mostrar-lhes o DISCÍPULO — escrevo com maiúsculas intencionalmente. (...) Num mundo tão vazio de discípulos do Cristo e tão cheio de ex-quase-discípulos é bom e gostoso repetir uma afirmativa do próprio Breno: 'Podemos ser verdadeiros discípulos, hoje, agora'".



Breno, numa das poucas fotos disponíveis. Na época da ditadura, o acordo era não guardar fotos ou documentos que pudessem incriminar os perseguidos políticos

Através daquilo que Jesus realiza — e através daquilo que seus discípulos realizam — acontece o Reino de Deus. Quer dizer: os discípulos de ontem e de hoje nada mais fazem do que participar do trabalho do próprio Jesus. Os discípulos de ontem e de hoje repetem, imitam, refletem todos aqueles gestos do Senhor — que edificam e concretizam o Reino de Deus neste nosso mundo. Assim como Jesus não se limitava a transferir para o futuro (ou para o céu!) a verdadeira solução de problemas concretos da vida humana — também seus discípulos não podem se atrever a só consolar e iludir as pessoas — com vagas promessas de que, no além, tudo vai melhorar. Não! (Aliás, essa é a atitude mais fácil...)

Presença de Jesus é a presença do Reino de Deus. E a atividade dos cristãos, no mundo, é uma atividade típica do Reino de Deus. E é por isso — só por isso! — que o mundo não pode continuar a ser o vale de lágrimas, o mar de sangue, o poço de injustiças que é! E o mundo certamente não continuará a ser só isso. A presença do Reino de Deus no mundo se traduz, se expressa através de uma série de acontecimentos bem palpáveis e visíveis: os enfermos são curados, mortos são ressuscitados, uma boa e nova mensagem é levada aos pobres. É como se os discípulos tomassem o pincel e fossem colorindo os palavrões escritos num muro, num mictório público. É

como se tomassem a borracha para apagar todas as crueldades e mentiras escritas numa carta maldosa.

No entanto, a borracha nem sempre apaga tudo. Com o que chegamos ao problema central dessas palavras de Jesus: Onde estão sendo curados os doentes hoje? É verdade que os pobres estão ouvindo uma novidade agradável ou só resta a demagogia do Pró-terra? E quando é que acontecem, afinal, as ressurreições de mortos hoje? Onde acontecem?

São perguntas incômodas. Porque, de fato, o Evangelho não faz e não admite divisões e diferenciações entre pregação, diaconia, evangelização e missão. É tudo uma coisa só, no fundo: dar testemunho e curar um leproso. Assim como a salvação é trazida ao mundo inteiro — o que o mundo tem a receber é a salvação toda! Não existe, nunca existiu uma separação entre corpo e alma, uma distinção entre sagrado e profano, uma diferença absoluta entre material e espiritual. Isso só existe para pagãos. Para cristãos, Evangelho quer dizer salvação inteira para o homem todo. Assim sendo, as palavras de Jesus não resolvem necessariamente nossos problemas. Podem até torná-los mais urgentes, mais agudos.

Onde e quando acontecem os sinais da presença do Reino de Deus? Dizer que tudo isso não acontece mais porque a fé se tornou morna, ou porque a Igreja ficou gelada,

ou porque a confiança morreu — são as respostas mais fáceis e mais mentirosas. Os que falam assim também não conseguem ressuscitar os mortos — mas aproveitam para "baixar o cacete" em cima de todos os outros (descontados os amigos do peito, claro!).

E por que isso é mentira? Porque não poucas pessoas dedicaram uma vida inteira para que tivéssemos os atuais progressos na medicina e na farmacologia, as bênçãos da técnica, as facilidades dos meios de comunicação. Quem não consegue acreditar que Deus seja capaz de realizar milagres por intermédio de um médico, de um cientista, de um técnico, de uma mãe, também não acredita em Deus. Essa é que é a verdade!

Mas ainda há outra observação mais importante a fazer: Os discípulos são enviados para todos aqueles lugares críticos — onde seres humanos são desenganados, onde as situações parecem sem saída, onde não há mais esperanças. Em outras palavras: os discípulos de ontem e de hoje são enviados por Jesus para realizar aquilo que não podem — aquilo que é grande e difícil demais.

Para quê? Para ficarem desanimados? Para ficarem "na fossa"? Não! Jesus não é um bobalhão. O que os discípulos de ontem e de hoje precisavam aprender é que o Senhor — só o Senhor! — nos dá a capacidade de realizar o impossível. Ali, onde o homem, onde o mundo está

mais ameaçado do que nunca, é nosso lugar! Toda vez que nós dizemos: "Oh! Isso foi sempre assim, não muda mesmo!", nesse momento estamos confessando que as piores porcarias são todo-poderosas e eternas. Bom, e essa confissão de fé também é uma porcaria!

Jesus nos convida a uma coisa diferente: a não aceitarmos as circunstâncias, as situações, assim como se apresentam. Jesus nos convida a lutar por todas as modificações necessárias. Por isso, a verdadeira oração, o verdadeiro testemunho, a verdadeira esperança só podem existir exatamente no lugar do sofrimento, da desgraça, da maldade e da infelicidade.

Tudo isso exige mobilidade. Por isso o discípulo vai de um lugar a outro. Por isso o discípulo não se preocupa demais com a quantidade de ouro, roupas e calçados que possui. A preocupação do discípulo é bem outra: como dar dinheiro, roupa e calçado a quem não os tem?

Mobilidade, por outro lado, quer dizer liberdade. Discípulo é aquele que se tornou capaz de tomar distância de si mesmo. E verificar que é que ainda o prende, o compromete. Claro, seria muito mais fácil proibir isso e aquilo. E bom número de gente que se diz cristã e evangélica fica proibindo isso e aquilo. Serão realmente livres esses apóstolos e discípulos das proibições? Terão, realmente, paz?

Quem foi Breno Schumann?

Breno Arno Schumann nasceu no Rio Grande do Sul em outubro de 1939. Foi pastor no Rio de Janeiro durante os anos de 1964 a 1966 e em Juiz de Fora de 1970 a 1972. Formado em Teologia pela Faculdade da Igreja Luterana em São Leopoldo (RS), fez cursos de especialização em Bossey (Genebra), no Conselho Mundial de Igrejas e em Goetingen, Alemanha. Fundou, com outros companheiros, o Boletim CEI, do qual foi sempre um dos melhores colaboradores. Seu último trabalho foi "Um credo para a nossa época: Existe isso?".

Ecumênico por excelência, foi o primeiro secretário-executivo do Centro Ecumênico do Rio de Janeiro (Cerj). Segundo amigos que conviveram com ele, tratava-se de uma pessoa inteligentíssima, muito generoso e amigo, tão franco que às vezes rude. Embora ainda jovem, a sua personalidade marcou profundamente a todas as pessoas que conheceu.

Breno morreu no dia 11 de maio de 1972, após envolver-se em um acidente automobilístico nas proximidades de Juiz de Fora (MG). Com ele morreu também sua esposa, Mariane. Internacionalmente conhecido, sua morte repercutiu nos vários lugares por onde passou.

Com isso chegamos às conhecidas sacudidas do pó das sandálias (Mt 10.14-15). Honestamente não posso informar a ninguém quando será a hora de sacudir o pó dos pés. Porque aquele que não aceitar hoje a palavra de Jesus, talvez a ouça e aceite daqui a vinte anos! Quem poderá saber isso de antemão? Mais ainda: quem de nós pode ter certeza absoluta de que já ouviu, já aceitou e já está vivendo o Evangelho?

Sejamos modestos: deixemos Sodoma e Gomorra para o juízo — que pertence a Deus. Deixemos de lado a fácil tarefa da condenação. E fiquemos com a tarefa menos fácil — mas muito mais bela! — de dar de graça aquilo que Jesus nos deu de graça. Amém.

“Que boa-nova devemos levar às pessoas?”

Um olhar sobre a Conferência Missiológica de São José

Gabriela Leite

Havia um índio que vivia nas florestas brasileiras e que gostava muito de comer estrangeiros que por aqui aportavam. Comia portugueses, franceses... Um dia dois holandeses naufragaram e o índio encontrou-os famintos e quase à morte. Capturou-os e imediatamente abateu um deles para o jantar, apesar de achar que estavam muito magros. Ele e sua família adoraram a carne do holandês, muito mais tenra e saborosa do que portugueses e franceses. Resolveu então engordar o outro para depois abater e tomou a decisão de que a partir de então iria dar preferência àqueles seres estranhos com cabelos cor-de-milho e olhos da cor do céu. A melhor carne que já havia comido na vida!

Sua filha, uma índia muito bonita, ficou completamente extasiada com a cor dos olhos e dos cabelos do holandês. Todos os dias ia até a cabana onde ele estava preso e ficava observando aquele ser estranho e então passou a desejá-lo como homem. Um dia amarrou os braços e pernas dele, concretizou seus desejos e ficou grávida.

Desde a morte do jovem alferes português a alminha brasileira estava sem um corpo para se alojar e viver. Rondava, rondava e não encontrava corpo que servisse a seu jeito de ser. Nos poucos anos em que viveu no corpo do alferes aqui no Brasil passou a ter o gosto da vida brasileira. No entanto, só nasciam portugueses e ela estava cansada deles. Também não podia se alojar no corpo de um índio porque seus superiores proibiam: índios não tinham alma. Afis que ela descobre um corpo em gestação no ventre da índia. Ficou muito feliz porque era exatamente o corpo que precisava. Preparou-se com muita felicidade e com alegria total no dia do nascimento entrou no corpo do bebê. Nascia uma menina, cabelos negros e lisos, olhos azuis. Primeira na linhagem dos brasileiros mestiços. Fundadora de uma nação. Seu nome: Maria da Fé.

O texto acima é um resumo dos dois longos capítulos iniciais do livro *Viva o Povo Brasileiro*, de João Ubaldo Ribeiro. Assim ele imaginou a fundação da nação brasileira. Todo o livro é um longo passeio sobre uma questão ainda não bem resolvida por nós — temos ou não temos uma identidade nacional — ou por outra — só temos uma identidade ou várias.

A Consulta Missiológica de São José, Costa Rica, organizada pelo escritório da América Latina e Caribe do Conselho Nacional de Igrejas de Cristo dos Estados Unidos, teve como mote principal a análise dos últimos oitenta anos de missão elegendo como marco a Conferência do Panamá e a partir dessa análise a reflexão sobre os rumos da Missão para o futuro.

Fui convidada à Conferência como representante de um segmento que atua na situação de fronteira. Desenvolvo um trabalho de organização e resgate de auto-estima entre prostitutas, além de estar envolvida em um novo projeto que visa pensar culturalmente o bairro onde trabalho no Rio de Janeiro (Estácio), que tem uma história culturalmente muito rica, afinal foi lá que teve início o carnaval carioca. Assim, devo esclarecer desde já que meu olhar sobre a complexidade do que seja ou possa a vir a ser Missão no Brasil e na América Latina vai na perspectiva cultural, entendendo a expressão com toda a sua complexidade.

Que modelo de evangelização queremos?

Participo do movimento ecumênico desde 1987, quando pela primeira vez estive presente na Conferência da Missão Rural e Urbana do Conselho Mundial de Igrejas. Desde então, me converti ao ecumenismo e venho tentando contribuir ao grande esforço missionário, tanto dos organismos do Norte como do Sul, de levar a palavra de Jesus Cristo às nossas comunidades. No entanto, o

grande esforço missionário é concretizado por pessoas que nascem e vivem dentro de uma determinada cultura e muitas vezes elas também passaram por todo um processo de evangelização.

Durante a semana que durou a Conferência de São José uma pergunta me vinha à cabeça: Que boa-nova devemos levar às pessoas? A boa-nova é a que entende a Igreja Metodista, ou é a que entende a Igreja Presbiteriana ou, por outra, a que entende a Anglicana, ou quem sabe as várias denominações pentecostais?

Muitas vezes, durante a Conferência muitos latinos e caribenhos iam ao microfone para dizer que os americanos deveriam deixar de tentar impor a cultura americana. No entanto, esses mesmos latinos, quando nas suas comunidades, passam para as pessoas seus valores adquiridos nas universidades, nas denominações religiosas, valores próprios das pessoas “educadas” (como dizia minha mãe) e que muitas vezes estão em oposição à forma de ver o mundo daquelas comunidades. Aí me vem outra pergunta: O que queremos, uma evangelização cujo fim último é a lavagem cerebral ou entender a boa-nova dentro dos valores culturais daquela comunidade?

O exemplo de Jesus Cristo

No meu entender todas essas questões estavam subliminarmente postas na Conferência, e por não serem fáceis de responder ou resolver, causam angústia. Assim tive esse sentimento na maioria das palestras proferidas. Todavia, não senti essa angústia intensa nas palavras de Elza Tamez nem na conferência de Rivera-Paján. Os estudos bíblicos da teóloga são obras poéticas nas quais ela privilegia o cotidiano de sua realidade e o compara com o Evangelho. Rivera-Paján descobriu o grande potencial da literatura em desvendar, por meio da fantasia-realidade, a complexidade cultural. Nenhum dos dois foram catastrófi-

Discutindo novos caminhos para a Missão da Igreja

Zwinglio M. Dias

Oitenta anos após a Conferência Missionária de Panamá, acontecida em 1916, teve lugar a histórica Consulta Missiológica de São José, convocada pelo Conselho Nacional de Igrejas de Cristo dos Estados Unidos que reuniu cerca de 130 representantes das igrejas protestantes das Américas e do Caribe para pensarem juntos os novos caminhos para a Missão da Igreja no Continente no milênio que se aproxima. Tendo como lema “Discernindo a Missão de Deus: esperança e justiça para todos nas Américas”, a consulta procurou refletir sobre os tremendos desafios que a situação atual apresenta para as igrejas no continente americano.

“Chegamos a São José, Costa Rica, como resultado de um processo que certamente teve seu começo no Panamá em 1916, mas que ganha novo sentido a partir do questionamento do sentido da Missão hoje e dos novos conteúdos de nossas relações” - destaca a mensagem da consulta às igrejas. “Se no Panamá se deu um monólogo do Norte, em São José se fez um esforço de diálogo com maior número de participantes (do Sul). Se no Panamá se viam a América Latina e o Caribe como objetos da Missão, em São José ajudamos-nos mutuamente a reconhecemo-nos como sujeitos e objetos da Missão de Deus”. As discussões da consulta giraram ao redor de quatro eixos principais: a) A realidade da fome

(fome de pão, fome de Deus, fome de humanidade); b) Evangelho e Cultura; c) O Ecumenismo na hora atual; e d) A Missão como tarefa de todos.

A consulta contou com a assessoria de teólogos e pastoralistas tanto do Norte quanto do Sul. A teóloga Elza Tamez dirigiu os estudos bíblicos, e teólogos como Harvey Cox (norte-americano), Luis Rivera-Paján (portoriquenho), Jung Mo Sung (brasileiro), Jeremiah Wright (norte-americano), John Sinclair (norte-americano e antigo missionário na América Latina), Walter Altmann (brasileiro e presidente do Conselho Latino-Americano de Igrejas), dentre outros, ofereceram importantes contribuições para o encaminhamento das discussões dos quatro eixos temáticos.

Importante na mensagem final da consulta foi a afirmação de que hoje vivemos num “tempo da Missão comum, de todos, na qual o testemunho e o compromisso ultrapassam as fronteiras denominacionais e se caracterizam pela opção pelos excluídos, pela denúncia profética da ideologia do mercado total, pelo respeito cultural, pela defesa da vida, pela luta contra a impunidade e a denúncia da corrupção”.

Zwinglio M. Dias, teólogo e pastor presbiteriano, integra a equipe de KOINONIA. Participou da Consulta Missiológica em São José (Costa Rica).

cos em suas análises. Não precisavam. Senti neles a tranquilidade intelectual de quem nada entende, mas está com o espírito aberto para entender. Penso que deve ser essa a atitude de todos nós que estamos envolvidos nessa grande aventura utópica de lutar por um mundo sem injustiças sociais — e vou mais além — nem culturais.

Entendo que a grande contribuição que a Conferência nos trouxe foi a total perplexidade perante a realidade que nos está dada. Final de milênio, teorias destruídas pelo real, sociedade de consumo em alto desenvolvimento, ascensão do pentecostalismo, etc... Isso é bom! Verdades absolutas são impositivas. A perplexidade é criativa.

Assim como João Ubaldo Ribeiro, Gabriel García Márquez, Machado de Assis e muitos outros escritores latino-americanos, devemos ter a coragem, neste momento de dúvi-

das totais, de enfrentar uma questão antiga e até hoje não respondida: nós, latino-americanos, que passamos por várias colonizações no decorrer de nossa história, temos identidade cultural? e, se temos, é uma única identidade ou são várias? e se são várias, podemos conviver com elas, com respeito mútuo, sem imposições?

Acredito que a grande força de Jesus Cristo está em que ele foi um homem de seu tempo, integrado à sua cultura e que nunca desprezou as grandes e as pequenas questões do cotidiano da vida e sempre respeitou a cultura do outro. Os evangelhos nos mostram isso. É nessa perspectiva que devemos pensar os desafios da Missão e a unidade na diversidade.

Gabriela Leite, socióloga, coordena o “DaVida” e integra a diretoria de KOINONIA.



O teólogo Harvey Cox (à esquerda) foi um dos palestrantes da Consulta Missiológica, que marcou os oitenta anos da Conferência do Panamá

Exposição de Museu agride cultura negra na Bahia

No fechamento desta edição, a Procuradoria Geral da República deferiu o requerimento abaixo, assinado por sessenta terreiros e vinte organizações do Movimento Negro. A decisão transladará todos os objetos sagrados do Candomblé para uma sala especial no Pelourinho em ambiente a ser confirmado. A decisão expressa a vitória de uma luta de cerca de vinte anos, reiniciada diversas vezes particularmente pelo movimento que produziu o requerimento em 1996. KOINONIA, em nome do movimento, agradece a todos que se empenharam na causa, com cartas, telegramas e outras expressões. CONTEXTO PASTORAL publica a íntegra da resenha-denúncia distribuída aos órgãos de imprensa este ano

Um monumento ao racismo na Bahia. Assim deve-se considerar o Museu Estácio de Lima, instalado em Salvador — Av. Centenário, Instituto Médico-Legal Nina Rodrigues — e subordinado à Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia.

O que se pretende ensinar às crianças e à juventude das várias escolas que freqüentam aquele museu? O desavisado visitante verá numa mesma exposição: máscaras mortuárias de criminosos decapitados, armas de fogo e outros instrumentos de homicídio, baralhos viciados, dados falsos, drogas diversas, testículos de bandidos, fetos deformados, cabeças decepadas... E belas criações de arte sacra negra.

Basta esta referência sumária para tornar evidente

que a exposição veicula um discurso racista e perverso. Afinal quem admite em sua consciência colocar lado a lado, como se fossem equiparáveis de fato: testemunhos de aberrações naturais, objetos do que pode se chamar de “aberração social” e instrumentos de um culto religioso que corresponde à profissão de fé de milhões de baianos e brasileiros? Somente uma mentalidade preconceituosa e cruel, que trata aquele culto como se fosse também uma aberração.

Indignação é o mínimo que se sente de tal exposição! Para entender os sentimentos do Povo de Santo e o que significam pedras de Xangô, vestes de Obaluaíê, atabaques consagrados e outros objetos convivendo com aquelas aberrações, basta um esforço de solida-

riedade. Seria possível aceitar a Bíblia exposta em folhas soltas de papel com sua mensagem ao lado de papotes de cocaína? Ou então uma hóstia consagrada ou um cálice da Santa Ceia na mesma exposição onde se vêem seres deformados e todo um arsenal de narcotraficantes?

É preciso cessar imediatamente essa exposição!

A agressão ao Povo de Santo recolhida naquele museu foi também o resultado de outra violência, décadas atrás, quando a Polícia perseguia, batia e se apropriava dos objetos de culto como prova de “delito”.

É necessário que a sociedade baiana, em ato de penitência, devolva os bens sagrados aos terreiros, casas e templos expropriados!



Agenda

Nono Encontro Intereclesial de CEBs

De 15 a 19 de julho, em São Luís/MA. Promoção: Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica. Tema: “CEBs — Vida e esperança nas massas”.

Curso do Rio

De 18 a 27 de julho, no Rio de Janeiro. Promoção: Iser/Assessoria, Igreja Metodista e Pastoral Bennett. Trata-se do Encontro Ecumênico de Formação Pastoral, que este ano terá como tema “Subjetividade e Compromisso”. Pretende discutir temas da Teologia, da Bíblia e compreender melhor os desafios enfrentados pela pastoral popular.

Curso de Inverno

De 24 a 27 de julho, em Porto Alegre/RS. Promoção: Ceca/Cebi-RS/PPL, com apoio das igrejas Católica, Anglicana, IECLB e Metodista. Tema: “Cidadania — Perspectivas para o novo milênio”. O curso faz parte do Programa Ecumênico de Formação de Líderes. Inscrições até 10 de junho. Vagas limitadas. Informações: Ceca (051 568-2548).

XVII Semana de Atualização Teológica

De 24 a 27 de julho, em Vinhedo/SP. Promoção: Centro Evangélico Brasileiro de Estudos Pastorais (Cebep). O tema será “Culto-Arte”. Inscrições e informações: Cebep (019 241-1459).

Curso de Iniciação Ecumênica

De 12 a 14 de setembro, em Petrópolis/RJ. Promoção: KOINONIA e Centro Alceu de Amoroso Lima para a Liberdade (CAALL). Nas discussões, temas como “História do Ecumenismo”, “Situação do Protestantismo no Brasil”, “Catolicismo e Ecumenismo” e “Teologia e Espiritualidade Ecumênica”. Informações: CAALL — Rua Mosela 289, Petrópolis, RJ, 25675-010, tel/fax: (024) 242-6433.